

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - ForGRAD

Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular

Apresentação

O Documento "Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular" sistematiza o resultado das discussões realizadas nos Grupos de Trabalho constituídos durante a realização do XVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras/FORGRAD, realizado na cidade de Campo Grande-MS, no período de 18 a 22 de maio de 2003.

Considerando que nos Encontros Regionais do ForGrad, ocorridos no ano de 2002, a temática da flexibilização curricular foi amplamente analisada e enriquecida com as diferentes experiências apresentadas pelas Instituições de Ensino Superior, bem como pela contribuição de especialistas convidados, este documento traduz o entendimento e as concepções dos Pró-Reitores de Graduação participantes em todos esses momentos de discussão.

Em consonância com os princípios do ForGRAD o documento ora apresentado aponta diretrizes e orientações gerais que possam se consubstanciar em referências para a efetivação de ações de flexibilização no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Dessa forma, o ForGRAD entende que a operacionalização da flexibilização curricular deve ocorrer de conformidade com as diretrizes e orientações constantes deste documento e em estreita observação às características e especificidades de cada IES.

PRINCÍPIOS DA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações sócio-econômicas, geo-políticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na

sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior.

Aportar essas imposições e transformá-las em realidade no interior do ensino superior, requer buscar significados e sentidos para elas, definindo eixos e princípios, para que não ocorram à revelia de “modismos” ou apenas para cumprimento de exigências legais. Assim, a proposta de flexibilização curricular deve estar sintonizada com o contexto de busca pelo novo, e ao reordenamento da sociedade, da universidade e do ensino superior como um todo, caracterizando-se como expressão de um projeto político-pedagógico institucional e de curso, sempre em construção, e que considera o global e o local.

Nesta perspectiva, a flexibilização curricular insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, anti-democráticos e anti-solidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

Esse combate, no contexto de crise da modernidade, coloca como desafio para as instituições educativas a necessidade da superação da lógica da racionalidade técnico-científica instrumental, que tanto tem dividido o espaço/tempo pedagógico, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas institucionais.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”. (FORGRAD, p.106, 2003).

Por outro lado, implica também em construir uma cultura pedagógica em que a cultura avaliativa tem espaço garantido no interior da instituição, que promova permanentemente crítica à própria instituição e à sociedade, a fim de, que a instituição possa acompanhar as constantes transformações da realidade; assegurar a criação de novas alternativas e a construção de novos atores comprometidos com o processo de ruptura com a lógica que preside, ainda hoje,

as práticas pedagógicas academicistas, científicas, rígidas, lineares, em geral desvinculadas das realidades internacionais, nacionais e locais.

Nesse quadro de rupturas, a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, é decorrente do exercício concreto da autonomia universitária e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

A flexibilização insere-se enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

A flexibilização curricular tem que ser entendida claramente nos seus porquês, nos seus conteúdos científicos-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo, e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, pois, construir propostas curriculares que evitem frear as possibilidades de ação, mas que sejam entendidas como ações integradoras no conjunto do espaço/tempo de formação acadêmica de um sujeito que adentra as portas da educação superior.

Neste sentido, os princípios apresentados a seguir pretendem contribuir para a elaboração de Projetos Pedagógicos que reafirmem o compromisso social e a responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade brasileira. Esses princípios devem nortear toda e qualquer ação pedagógica de flexibilização curricular, respeitadas as distinções das organizações institucionais.

FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve se resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular.
- As atividades complementares devem contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- As IES têm autonomia para definir a distribuição das disciplinas e as atividades complementares, bem como a carga horária e a forma de operacionalizar o registro acadêmico das mesmas. Entretanto, é recomendável que se construa um consenso em torno da nomenclatura a ser utilizada;
- O grande desafio a ser enfrentado pelas IES, para realizar a flexibilização dos currículos, reside na promoção de ações continuadas de conscientização e motivação da comunidade acadêmica;
- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;

- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão que compõem um determinado processo de formação - curso;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e inter-institucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- A tutoria acadêmica apresenta-se como importante estratégia para viabilizar a flexibilização.

FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS IES

- A instância colegiada responsável pelo curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;
- A administração superior da instituição deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimento em recursos humanos;
- Para garantir a flexibilização, é necessária a revisão da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e conseqüentes no âmbito da flexibilização;
- A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;

- A verificação da qualidade do ensino supõe uma avaliação com critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto político pedagógico de cada curso;
- É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além do espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização;
- Os resultados da flexibilização no ensino superior brasileiro devem ser objeto de avaliação.

* Este texto foi produzido a partir das contribuições dos participantes dos três Grupos de Trabalho (GTs) constituídos pelos participantes do XVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras/FORGRAD, organizados da seguinte forma:

Coordenação Geral: Iguatemy Maria de Lucena Martins - UFPB/PB

Mark Clark Assen de Carvalho - UFAC

Grupo 1 - Coordenadora: Sônia Probst - UFSC/SC

Relatores: Cristina Rocha Augustin - UFMG/MG

Luiz Fernando Valadão

Grupo 2 - Coordenadora: Elza Maria Franco Braga - UFC/CE

Relatora: Vânia Suely Guimarães Rocha - UFCG/PB

Grupo 3 - Coordenadora: Palmira Sevegnani de Freitas - UFPR/PR

Relatores: Márcia Maria de Oliveira Melo - UFPE/PE

Jacson Martins Fedorowicz - UFMS/MS

Campo Grande, 21 de maio de 2003.